



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DO LIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES NOTORIAS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

102 – REMOÇÃO PROVA A

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha.
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Verifique se o tipo de prova que consta na capa coincide com o tipo indicado no rodapé de todas as páginas posteriores. Em seguida, **assinale na Folha de Respostas a LETRA A**, correspondente ao tipo de prova.
- A totalidade das Provas terá a duração de **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Após o período de **2 (duas) horas** de permanência na sala de aula, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o Caderno de Questões, deixando com o fiscal de sala a sua Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não poderá utilizar os sanitários.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- Não se esqueça de assinalar, na FOLHA DE RESPOSTAS, a letra correspondente ao seu tipo de prova: **LETRA A**, conforme modelo abaixo:

PROVA A PROVA B PROVA C

- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:

- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

08/2012

Espaço reservado para anotação das respostas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

102 – REMOÇÃO
PROVA A



CONCURSOS PÚBLICOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **22 de agosto de 2012**.

REGISTROS PÚBLICOS

1. Sobre o Plano Diretor, é **incorreto** afirmar que
- (A) as áreas de especial interesse turístico, por sua natureza, não demandam a realização de um Plano Diretor.
 - (B) é aprovado por lei municipal e funciona como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
 - (C) é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
 - (D) a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.
 - (E) no caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o Plano Diretor ou nele inserido.

2. Sobre os certificados de recebíveis imobiliários, é correto afirmar que
- (A) são títulos de crédito ao portador.
 - (B) constituem promessa de pagamento em dinheiro.
 - (C) são títulos de negociação vinculada.
 - (D) não poderão ter garantia flutuante.
 - (E) não podem ser emitidos por companhias securitizadoras.

3. Analise as assertivas abaixo sobre a alienação fiduciária de coisa imóvel.
- I. A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, podendo ter como objeto a propriedade plena.
 - II. A cessão do crédito objeto da alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária em garantia.
 - III. Nos contratos de venda de imóveis, inclusive alienação fiduciária, admitir-se-á, respeitada a legislação pertinente, a estipulação de cláusula de reajuste e das condições e critérios de sua aplicação.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

4. Na remição do imóvel hipotecado, é **incorreto** afirmar que
- (A) quando houver interesse de incapaz, o Ministério Público intervirá.
 - (B) se o devedor não comparecer ou não remir a hipoteca, os autos serão conclusos ao juiz para julgar por sentença a remição pedida pelo segundo credor.
 - (C) se o devedor comparecer e quiser efetuar a remição, notificar-se-á o credor para receber o preço, ficando sem efeito o depósito realizado pelo autor.
 - (D) o adquirente do imóvel não poderá propor aos credores hipotecários, para remição, valor inferior ao preço por que adquiriu o imóvel.
 - (E) das sentenças que julgarem o pedido de remição, caberá o recurso de apelação sem efeito suspensivo.

5. Analise as assertivas abaixo sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
- I. A regularização fundiária urbana respeitará o princípio da concessão do título preferencialmente à mulher.
 - II. Poderá ser promovida pela União, pelos Estados, pelos Municípios e também pelas cooperativas habitacionais, entre outros.
 - III. Os assentamentos irregulares, para os efeitos da lei de regularização, tratam-se das ocupações informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas e utilizadas predominantemente para moradia.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

6. De acordo com a Lei nº 10.169/2000, que regula o parágrafo 2º do artigo 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, é correto afirmar que
- (A) é possível fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
 - (B) é possível cobrar, quando for o caso, quaisquer quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos.
 - (C) é vedada a cobrança de emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.
 - (D) o valor dos emolumentos poderá, quando for o caso, ser expresso em moeda estrangeira.
 - (E) os notários e registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, o que os exime de fazer a indicação definitiva dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado.

7. Analise as assertivas abaixo sobre a adoção de criança e adolescente.

- I. Para ser a adoção realizada de forma conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- II. É medida excepcional, mas pode ser revogável.
- III. A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso de procedimento, antes de prolatada a sentença.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

8. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, escolhendo, entre eles, os substitutos e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho. Assim, é **incorreto** afirmar que

- (A) em cada serviço notarial ou de registro, haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.
- (B) os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.
- (C) os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.
- (D) os substitutos poderão, sem exceção, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios.
- (E) entre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9. As medidas provisórias podem tratar de matéria relativa a

- (A) direito eleitoral.
- (B) direito econômico se não reservada a lei complementar.
- (C) direito processual civil.
- (D) direitos políticos.
- (E) direito processual penal, mas não a direito penal.

10. Sobre Poder Constituinte, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O Poder Constituinte derivado não é passível de controle de constitucionalidade.
- () O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, de acordo com as regras previstas na própria Constituição.
- () O Poder Constituinte originário existirá apenas no surgimento de uma primeira Constituição, sendo as demais derivadas.

- (A) V/ F/ F
- (B) F/ V/ F
- (C) F/ F/ V
- (D) V/ V/ V
- (E) F/ F/ F

11. Considerando que a Constituição da República fez uma distinção entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e levando em consideração o texto constitucional, pode-se afirmar que um dos objetivos fundamentais do Brasil é justamente o de garantir

- (A) o desenvolvimento nacional.
- (B) o exercício da cidadania.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) o pluralismo político.
- (E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

12. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente

- (A) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (C) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- (D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- (E) as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

13. Sobre a assistência à saúde, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A assistência à saúde admite a participação indireta, mas em hipótese nenhuma a direta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- (B) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
- (C) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (D) A execução das ações e serviços de saúde deve ser realizada diretamente pelo Poder Público ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- (E) Uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde é a descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

14. Compete privativamente à União legislar sobre registros públicos (Constituição Federal, artigo 22, XXV), sendo correto afirmar que

- (A) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais sobre registro.
- (B) a competência privativa da União não exclui a competência suplementar dos Estados para legislar sobre registros.
- (C) se inexistir lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena sobre registros.
- (D) a lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas sobre registros públicos.
- (E) a superveniência de lei federal sobre normas gerais de registro suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Sobre os princípios de direito administrativo, analise as assertivas abaixo.

- I. O princípio de direito administrativo que objetiva o tratamento igualitário aos administrados por parte da administração, representando um desdobramento do princípio da isonomia, é o princípio da impessoalidade.
- II. O direito de petição e as certidões que registram a verdade dos fatos administrativos representam dois instrumentos básicos do princípio da publicidade.
- III. O princípio segundo o qual cabe à própria Administração rever os possíveis erros na prática de seus atos intitula-se princípio da autotutela.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

16. Quanto ao processo administrativo federal, é correto afirmar que

- (A) se aplica apenas no âmbito da Administração Federal direta.
- (B) é vedada a criação de processos administrativos específicos.
- (C) é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (D) ainda que o ato corresponda à solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
- (E) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

17. Sobre licitação, analise as assertivas abaixo.

- I. Qualquer nulidade decorrente de inobservância de formalidade legal no procedimento de licitação é suficiente para anular todo o certame.
- II. O poder discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do edital de licitação. Após, a Administração Pública vincula-se estritamente a ele (edital).
- III. A adoção da licitação independe da necessidade e da viabilidade de competição entre os particulares.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

18. Sobre tombamento, analise as assertivas abaixo.

- I. O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício.
- II. A coisa tombada em nenhuma hipótese poderá sair do País.
- III. O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará de ofício.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

19. Sobre a ocupação temporária de bens privados, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A ocupação temporária depende de uma situação de perigo iminente, o que não corresponde ao estado de necessidade.
- () O Estado deve indenizar o particular ainda que não exista dano ao bem utilizado, uma vez que a própria ocupação já é um dano ao particular.
- () A ocupação temporária diz respeito apenas a bens imóveis.

- (A) V/ F/ V
- (B) F/ V/ F
- (C) V/ V/ F
- (D) F/ V/ V
- (E) F/ F/ F

20. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) As terras devolutas não compreendidas entre as da União são de propriedade dos Estados.
- (B) Desconsagração corresponde à alteração de um bem de uso comum para bem dominical.
- (C) Os bens dominiais sujeitam-se à prescrição aquisitiva.
- (D) As terras devolutas integram os bens dominiais.
- (E) Não pode um bem de uso comum do povo ser utilizado de maneira individual exclusiva.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. É correto afirmar que o imposto de renda

- (A) se sujeita ao princípio da noventena.
- (B) possui função predominantemente extrafiscal.
- (C) tem o seu lançamento por declaração.
- (D) tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (E) incide sobre verbas de natureza indenizatória.

22. Sobre a anistia, é **incorreto** afirmar que

- (A) uma vez concedida, impede que sejam lançadas as respectivas penalidades pecuniárias.
- (B) não pode ser concedida se as infrações forem resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.
- (C) não pode ser concedida depois do lançamento da penalidade, no caso, a dispensa da penalidade poderia ocorrer pela remissão.
- (D) pode ser concedida em caráter geral.
- (E) é ilegal, por exemplo, conceder anistia somente às infrações relativas ao ITCMD até determinado valor de multa.

23. Sobre o Imposto de Renda, analise as assertivas abaixo.

- I. Aos acréscimos patrimoniais decorrentes de atividade criminosa não incide o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- II. A lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e cujo recolhimento lhe caibam.
- III. A formulação de declaração pelo contribuinte é obrigação principal, ou seja, o seu lançamento.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

24. Sobre os Impostos Municipais, analise as assertivas abaixo.

- I. A lista dos impostos municipais na Constituição da República é exhaustiva.
- II. É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- III. É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

25. Quanto ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que

- (A) a legislação do imposto dispõe de alíquotas inversamente proporcionais ao grau de utilização de cada imóvel rural.
- (B) prepondera a finalidade fiscal (de arrecadação).
- (C) não é possível delegar a fiscalização e cobrança do imposto.
- (D) o lançamento é realizado de ofício.
- (E) não está sujeito ao princípio da noventena.

26. Sobre Imposto de Transmissão *inter vivos* por ato oneroso de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- (A) O ITBI é vinculado.
- (B) O ITBI é pessoal.
- (C) No ITBI, o lançamento é realizado por declaração.
- (D) O ITBI incide nas operações societárias de cisão, mas não de fusão e incorporação.
- (E) O ITBI incide nas operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

DIREITO CIVIL

27. Nas obrigações solidárias ativas, é **incorreto** afirmar que

- (A) cada um dos credores solidários tem o direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- (B) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá pagar.
- (C) o pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- (D) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- (E) a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

28. Analise as assertivas abaixo sobre o estabelecimento empresarial.

- I. Pode ser objeto de transferência por intermédio do contrato de *traspasse*.
- II. É composto de bens de natureza corpórea e incorpórea, mas a clientela é apenas um atributo seu.
- III. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos 5 (cinco) anos subsequentes à transferência.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

29. Sobre os direitos autorais, é correto afirmar que

- (A) a tradução de textos não gera direitos de criação intelectual.
- (B) o documento que comprova formalmente a propriedade dos direitos autorais chama-se carta patente.
- (C) os desenhos industriais são tutelados juridicamente como direitos autorais.
- (D) a omissão do nome do autor na divulgação da obra presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.
- (E) se tratando de obra anônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais.

30. Sobre as relações de parentesco, é **incorreto** afirmar que

- (A) o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.
- (B) não basta a confissão materna para excluir a paternidade.
- (C) a filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil.
- (D) são parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- (E) na linha reta, a afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

31. Sobre a propriedade fiduciária, é **incorreto** afirmar que

- (A) com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor indireto da coisa.
- (B) se considera fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.
- (C) é nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia se a dívida não for paga no vencimento.
- (D) o terceiro, interessado ou não, que pagar a dívida, se sub-rogará de pleno direito no crédito e na propriedade fiduciária.
- (E) o devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.

32. Analise as assertivas abaixo sobre aceitação e renúncia da herança.

- I. Expressam aceitação da herança os atos oficiais, como o funeral do finado, os meramente conservatórios, ou os de administração e guarda provisória.
- II. São irrevogáveis os atos de renúncia da herança, mas revogáveis os de aceitação.
- III. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33. Sobre prova documental no processo civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Reputa-se autor do documento particular aquele por conta de quem foi feito, estando assinado.
- (B) O documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indiviso.
- (C) Em relação a terceiros, considera-se datado o documento particular, nos casos em que surjam dúvidas a seu respeito, no dia em que foi registrado.
- (D) As cartas, bem como os registros domésticos, nada provam contra quem os escreveu quando enunciam o recebimento de um crédito.
- (E) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.

34. Analise as assertivas abaixo sobre as nulidades dos atos processuais.

- I. O princípio da instrumentalidade do processo aplica-se exclusivamente às nulidades relativas, sendo, nas absolutas, inaplicável.
- II. A alegação de nulidade relativa pode precluir.
- III. O juiz mandará repetir o ato, mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte que se aproveitaria da declaração de nulidade.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

35. Sobre recursos, analise as assertivas abaixo.

- I. É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem.
- II. É admissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente, mas o recurso não abrange todos.
- III. Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento têm caráter protelatório.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

36. Sobre mandado de segurança, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Não cabe contra atos de gestão comercial.
- (B) Não cabe quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- (C) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido mesmo depois do despacho da petição inicial.
- (D) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (E) Não cabe, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes.

37. Sobre o processo cautelar, é correto afirmar que

- (A) o arresto não poderá ser concedido independentemente de justificação, ainda que o autor preste caução.
- (B) a produção antecipada de prova não pode consistir em interrogatório da parte.
- (C) se por qualquer motivo a medida cautelar cessar, é possível à parte repetir o pedido, ainda que com o mesmo fundamento.
- (D) não ficará suspensa a execução do arresto ainda que o devedor ofereça fiador idôneo.
- (E) pratica atentado a parte que, no curso de processo, viola penhora, arresto, sequestro ou imissão na posse.

38. Analise as assertivas abaixo sobre arrolamento de bens.

- I. Não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade de bens do espólio.
- II. O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.
- III. A existência de credores do espólio não impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, se forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

DIREITO PENAL

39. Sobre extinção da punibilidade, analise as assertivas abaixo.

- I. A anistia deve ser necessariamente irrestrita.
- II. O indulto é um benefício pessoal enquanto a graça é coletivo.
- III. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravamento da pena resultante da conexão.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

40. Sobre imputabilidade penal, analise as assertivas abaixo.

- I. As medidas de segurança de internação ou tratamento ambulatorial serão sempre por tempo determinado.
- II. Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos.
- III. Ainda quando extinta a punibilidade, impõe-se medida de segurança, se necessária.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

41. Quanto à imputabilidade penal, analise as assertivas abaixo.

- I. É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- II. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- III. A prática de crime, na qual o agente é induzido por paixão, não exclui a imputabilidade penal.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

42. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, analise as assertivas abaixo.

- I. A conduta de deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara do seu conteúdo configura crime.
- II. A conduta de fazer anúncio publicitário, clandestino ou simulado, configura conduta criminosa.
- III. O fato de condutas criminosas serem cometidas em época de grave crise econômica não constitui agravante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

43. O crime de abandono intelectual descrito no artigo 246 do Código Penal, nos termos: “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”, pode ser classificado como crime

- (A) material.
- (B) omissivo impróprio.
- (C) instantâneo.
- (D) plurissubjetivo.
- (E) próprio.

44. No que concerne ao ato de fazer apologia a crime ou criminoso, descrito na legislação penal, nos termos: “Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”, é correto afirmar que

- (A) a tentativa é teoricamente possível, desde que o meio de fazer apologia não seja o oral.
- (B) se trata de contravenção penal.
- (C) se trata de crime contra a incolumidade pública.
- (D) se trata de crime próprio.
- (E) se trata de crime material.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Sobre a Lei que criminaliza a violência doméstica (Lei nº 11.340/06), analise as assertivas abaixo.

- I. Os danos de natureza exclusivamente moral à mulher não são tutelados pela Lei nº 11.340/06.
- II. As medidas protetivas de urgência em favor da mulher poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes, mas sempre ouvido o membro do Ministério Público.
- III. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, a proibição temporária para celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

46. Sobre programas de proteção a vítimas e testemunhas (Lei nº 9.807/99), várias medidas podem ser tomadas em benefício da pessoa protegida, **exceto**

- (A) ajuda financeira mensal.
- (B) apoio e assistência social, médica e psicológica.
- (C) alteração do nome completo da pessoa protegida.
- (D) suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar.
- (E) prorrogar as medidas concedidas por prazo não superior a 2 anos.

47. A respeito da sentença penal, analise as assertivas abaixo.

- I. O juiz, sem modificar a descrição do fato descrito na denúncia ou queixa, não poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que tenha que aplicar pena mais grave.
- II. Na sentença absolutória, o juiz aplicará medida de segurança, se for o caso.
- III. Nos crimes de ação penal pública, o juiz não poderá reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

48. Em relação às nulidades do processo penal, analise as assertivas abaixo.

- I. A incompetência do juízo anula todos os atos processuais.
- II. As nulidades verificadas após a decisão de primeira instância deverão ser arguidas ao juiz de primeiro grau, para que anule a sentença.
- III. Ocorrerá nulidade, por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

49. Sobre o desaforamento do júri popular, é **incorreto** afirmar que

- (A) não pode ser concedido por requerimento do assistente.
- (B) um dos motivos para ser determinado é a parcialidade do júri.
- (C) é determinado pelo Tribunal e não pelo juiz.
- (D) poderá ser determinado em razão de excesso de serviço devidamente comprovado.
- (E) o desaforamento será para outra comarca da mesma região, onde não existam os motivos que o determinaram.

50. Sobre os recursos no processo penal, é correto afirmar que

- (A) caberá recurso de apelação da decisão sobre incidente de falsidade.
- (B) quando forem 2 (dois) ou mais os apelantes ou os apelados, os prazos para oferecer razões serão dobrados.
- (C) as apelações sempre serão interpostas envolvendo todo o julgado.
- (D) o recurso da pronúncia suspenderá tão somente o julgamento.
- (E) os recursos não terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança.

DIREITO EMPRESARIAL

51. Sobre as sociedades em conta de participação, analise as assertivas abaixo.

- I. As sociedades em conta de participação possuem, agora, o mesmo tratamento legal garantido às empresas individuais de responsabilidade limitada.
- II. As sociedades em conta de participação não podem realizar objeto não empresarial.
- III. A sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

52. É correto afirmar que o voto múltiplo nas companhias abertas

- (A) é obrigatório nas deliberações do conselho de administração.
- (B) é obrigatório nas assembleias gerais ordinárias.
- (C) é facultativo nas deliberações do conselho de administração.
- (D) pode ser utilizado facultativamente na eleição de conselheiros.
- (E) decorre da representatividade dos acionistas preferencialistas.

53. Sobre sociedades comerciais, analise as assertivas abaixo.

- I. A sociedade de economia mista terá obrigatoriamente conselho de administração e conselho consultivo.
- II. As instituições financeiras de economia mista não poderão participar de outras sociedades.
- III. A sociedade de economia mista terá sempre conselho fiscal que funcionará de forma permanente.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

54. Sobre títulos de crédito, analise as assertivas abaixo.
- Nas cédulas de crédito rural, há 4 (quatro) denominações possíveis: cédula de crédito rural hipotecária, cédula de crédito pignoratícia, cédula de crédito rural hipotecária e pignoratícia e nota de crédito rural, sendo esta última sem garantia real.
 - As notas de crédito rural possuem uma prioridade sobre o produto da venda de certos bens.
 - Assim como na letra de câmbio, o protesto das cédulas de crédito rural servirá para interromper a prescrição.
- É correto o que se afirma em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I, II e III.
 - I e III, apenas.

55. Sobre falência decretada, assinale a alternativa correta.
- Na falência decretada, o contratante pode interpor o administrador judicial, no prazo de até 90 (noventa) dias, para que, dentro de 10 (dez) dias, declare se cumpre ou não o contrato.
 - Na falência decretada, os contratos bilaterais se resolvem.
 - O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, não cessará seus efeitos com a declaração da falência.
 - O contrato de locação se resolve se o falido for o locador.
 - Na falência do espólio, não ficará suspenso o processo de inventário.

56. Sobre os contratos bancários, é correto afirmar que
- as contas correntes com o devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o saldo.
 - no desconto bancário de título de crédito, ocorre uma operação bancária passiva.
 - são caracterizados como bancários todos os contratos em que todas ou, pelo menos, uma das partes é uma instituição financeira.
 - a Comissão de Valores Mobiliários funciona como uma agência fiscalizadora das operações financeiras dos bancos.
 - o contrato de mútuo é sempre um contrato bancário.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o artigo abaixo para responder à questão 57.

Transição demográfica

Transição demográfica é o termo que os especialistas empregam para descrever a dinâmica do crescimento populacional.

Em linhas gerais, o mundo experimenta a transição de um regime de alta fertilidade associada à mortalidade elevada, para um modelo de baixa fertilidade com diminuição da mortalidade.

Como a queda de mortalidade sempre precede a de fertilidade, nessa fase ocorre crescimento populacional. Além disso, a transição demográfica é acompanhada de redistribuição das faixas etárias. No início, a queda da mortalidade beneficia principalmente as crianças, dando origem ao fenômeno conhecido como *baby boom*, que persiste até que a fertilidade futura comece a cair.

Durante a história de nossa espécie, a expectativa de vida ao nascer se manteve ao redor de 30 anos. A partir dos anos 1950, no entanto, houve aumento de pelo menos duas décadas na maioria dos países.

Entre os países desenvolvidos, as variações de expectativa são discretas: 83 anos no Japão; 82, na Suíça; 79, nos Estados Unidos. Nos países em desenvolvimento, as diferenças são mais acentuadas: 48 anos em Serra Leoa; 79, na Costa Rica; 73, no Egito; 53, na África do Sul.

No período de 1950 a 2010, para cada 100 mil nascimentos no mundo, o número médio de crianças que vão a óbito antes de completar um ano (mortalidade infantil) caiu de 139 para 43.

Nos países ricos, essa queda foi de 68 para 6; nos demais, foi de 156 para 47. Nestes, a mortalidade até os 5 anos de idade é 88 vezes mais alta e a mortalidade materna 2.100 vezes maior.

Em praticamente todos os países, as mulheres vivem mais do que os homens: em média 4,5 anos. Na Rússia, 12 anos; no Brasil, 7. Diferenças biológicas explicam parte desse fenômeno, mas fatores ligados ao estilo de vida e ao ambiente são decisivos.

A média de fertilidade no mundo, que era de 5,0 filhos por mulher em 1950, diminuiu hoje para 2,5, principalmente por causa das reduções ocorridas nos países em desenvolvimento. As taxas de natalidade atuais são de 4,4 na África; 2,2, na Ásia; 2,2, na América Latina e Caribe e 1,6, na Europa.

A variabilidade entre os países é substancial; Japão 1,4; Brasil 1,8; Angola 5,3; Nigéria 7,0.

Programas de planejamento familiar bem sucedidos fizeram a natalidade cair 4,2 filhos por mulher em Bangladesh, em apenas 30 anos. No Irã, caiu mais ainda: 4,5 em 20 anos. Na China, a “política do filho único” a partir dos anos 1970 reduziu a natalidade de 2,6 para 1,6. Na Índia, primeiro país a implementar programas de planejamento familiar (em 1951), a redução foi mais lenta, atingindo agora 2,6.

Ao contrário da mortalidade infantil em queda no mundo todo, a natalidade cai mais devagar nos países africanos situados abaixo do deserto do Saara, no Afeganistão, Paquistão, Iraque e Guatemala.

O fato de que as taxas de fertilidade estejam abaixo de 2,1 (taxa de reposição, necessária para manter a população constante) em países como Brasil, Japão, China e quase toda a Europa, não significa que a população vá diminuir rapidamente.

Quando o grande número de jovens oriundos do *baby boom* atingir a idade reprodutiva, nascerão muitas crianças, ainda que as taxas de fertilidade sejam baixas. Esse fenômeno é evidente nos Estados Unidos, país em que o aumento populacional foi de 100 milhões de pessoas (descontada a

imigração) nos últimos 40 anos, período em que a natalidade se manteve abaixo de 2,1.

A demografia do século 21 será mais desafiadora para os países pobres, que enfrentarão problemas graves de fornecimento de água, energia, saneamento e alimentos, além da dificuldade para construir habitações dignas e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais.

Folha de São Paulo – 17/12/2011. Drauzio Varella. Adaptado.

57. De acordo com o que o autor escreveu e com as atuais condições demográficas do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Atualmente, o Brasil está entrando na chamada transição demográfica, pois as taxas de mortalidade já estão relativamente baixas e as de natalidade estão começando a cair.
- (B) O fenômeno *baby boom* ocorreu no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950, quando tanto as taxas de mortalidade quanto as de natalidade iniciaram trajetória de queda.
- (C) Atualmente, a estrutura etária do Brasil apresenta bastante base larga, graças à elevada natalidade. No entanto, com a urbanização, a parcela mais nova da população deve diminuir em proporção às demais nos próximos anos.
- (D) O Brasil atual já apresenta taxas relativamente baixas de natalidade e de mortalidade, característica de sociedades urbanizadas.
- (E) As taxas de mortalidade estão um pouco mais elevadas que as de natalidade atualmente no Brasil graças, principalmente, ao aumento da criminalidade.

58. Após o holocausto, ocorrido no seio germânico na Segunda Grande Guerra, o crime de genocídio passou a ser abominado em várias nações do mundo. No Brasil, considera-se crime de genocídio, para efeitos penais, entre outras ações ou omissões,

- (A) submeter, por negligência, imprudência ou imperícia, determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso, a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial.
- (B) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal.
- (C) matar membros de grupo em razão de orientação sexual.
- (D) associarem-se 3 (três) ou mais indivíduos com intuito de causar lesão grave à integridade física ou mental de membros de grupo motivados por discórdias desportivas.
- (E) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

59. Sobre o processo de *backup* (cópia de segurança) de documentos eletrônicos, é correto afirmar que

- (A) a frequência com que os *backups* são realizados não tem qualquer relação com o tipo de documento eletrônico que está sofrendo esse processo de cópia de segurança.
- (B) as mídias contendo os *backups* podem ser armazenadas no mesmo local físico dos documentos eletrônicos originais por motivo de economia de espaço de armazenamento.
- (C) os *backups* devem ser gravados e, depois disso, essas mídias devem ser armazenadas em locais seguros e não devem mais ser manipuladas, a não ser em caso de restauração de dados perdidos.
- (D) quando o sigilo for importante, os *backups* devem ser protegidos por meio de criptografia.
- (E) o tempo de execução dos *backups* não é um fator importante a ser levado em consideração, já que, normalmente, esse tempo é bem pequeno.

60. Sobre a implantação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), analise as assertivas abaixo.

- I. Sempre que vários empregadores realizarem simultaneamente atividades no mesmo local de trabalho, terão o dever de executar ações integradas para aplicar as medidas previstas no PPRA, visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ambientais gerados.
- II. O conhecimento e a percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho e dos riscos ambientais presentes, incluindo os dados consignados no Mapa de Riscos, deverão ser considerados para fins de planejamento e execução do PPRA apenas na fase inicial do programa.
- III. O empregador deverá garantir que, na ocorrência de riscos ambientais nos locais de trabalho que coloquem em situação de grave e iminente risco um ou mais trabalhadores, estes possam interromper de imediato as suas atividades, comunicando o fato ao superior hierárquico direto para as devidas providências.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.